


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0004707-45.2012.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Regime Estatutário**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 26/11/2013 17:05:27 faço estes autos conclusos ao
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
subscrevi.

RELATÓRIO

MARIA DE LOURDES REBUCCI LIRANI, MARIA HELENA DI FRANCISCO e VITORIA ATRA GONÇALVES propõem ação contra **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO USP**. São servidoras públicas estaduais integrantes dos quadros da USP. Sob o fundamento de que a autonomia universitária da ré não interfere sobre tal questão, pedem o pagamento e a incorporação aos seus vencimentos da parcela *gratificação executiva*, instituída pela LC nº 797/95 com reajustes e alterações em diversas leis complementares posteriores.

A ré, em contestação, alegou: preliminarmente, a incompetência absoluta desta justiça comum para o processo e julgamento, devendo os autos serem remetidos à Justiça Trabalhista, pois o vínculo travado entre as partes é celetista; no mérito, a prescrição quinquenal e, quanto às parcelas não alcançadas, a incompatibilidade da gratificação executiva com o regime celetista e a não sujeição da USP às leis complementares que a instituíram em razão da autonomia universitária (art. 207, CF).

Houve réplica.

FUNDAMENTAÇÃO

1- A Justiça Comum é competente para o processo e julgamento deste feito, uma vez que apesar de celetista o vínculo existente entre as partes, a vantagem pretendida (*gratificação executiva*) é estatutária e a parte autora pretende, no caso, o reconhecimento da incidência, sobre tal relação jurídica, de normas de natureza estritamente administrativa. A matéria é estritamente administrativa. Nesse sentido: STJ, CC 115.492/SP, Ministro Benedito Gonçalves, DJe de 29.3.2011.

2- Passo ao julgamento do mérito, com fulcro no art. 330, I do CPC, uma


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

vez que a prova documental produzida é suficiente para a apreciação imediata dos pedidos, não havendo necessidade de colheita de outros elementos de convicção.

3- A LC nº 797/95, que instituiu a "Gratificação Executiva", no art. 1º estabeleceu que a vantagem pecuniária era concedida aos "servidores pertencentes aos Quadros das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias" integrantes das classes mencionadas pela lei complementar.

Já a LC nº 802/95 estendeu a parcela a outras classes de servidores, conforme o art. 1º, também "pertencentes aos Quadros das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias".

Já se vê que as normas não fazem distinção entre autarquia comum e autarquia especial. A ré é autarquia especial, mas não deixa de ser autarquia.

O benefício foi previsto para os integrantes de quaisquer autarquias, desde que das classes mencionadas pelas leis complementares.

Onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete fazê-lo.

Tem-se então a conclusão de que a intenção do legislador foi conceder a gratificação executiva também aos servidores integrantes das autarquias especiais, caso das universidades.

Indo adiante, há que se frisar: ao fazê-lo, não se ofendeu a autonomia de gestão financeira concedida pelo art. 207 da CF às universidades.

As universidades, posto que lhes tenha sido assegurada certa margem de autonomia pela CF, integram a Administração Indireta, submetendo-se às normas de direito público que regem a Administração Pública, inclusive quanto à remuneração.

Aliás, "gestão financeira" é expressão de significado mais restrito do que o pretendido pela ré. "Gerir" significa "administrar" os recursos existentes com vistas à consecução dos propósitos almejados. A "gestão" é atividade típica do Administrador Público, do Poder Executivo. O aumento da remuneração, inclusive instituição de vantagens pecuniárias, todavia, compete ao Poder Legislativo (ainda que a iniciativa da lei seja do Chefe do Poder Executivo). O significado da expressão "autonomia de gestão financeira", nesse passo, não chega a ponto de conceder às universidades competências próprias do Legislador.

O STF, desde antes da CF/88, quando a legislação já previa a autonomia financeira das universidades, já havia assentado que tal autonomia não constitui


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

óbice para a fixação, por agente externo (Executivo, naquele caso) de vencimentos e vantagens aos servidores autárquicos universitários, pagos aliás pelos cofres estaduais (RE 100769, Rel. Min. RAFAEL MAYER, 1ªT, j. 24/08/1984)

Já na vigência da CF/88, a matéria foi novamente submetida à apreciação do STF, que, na ocasião, deixou assente:

AUTARQUIA ESTADUAL UNIVERSITÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS. EXTENSÃO DE VANTAGEM GERICAMENTE CONCEDIDA. ALEGADA OFENSA AO ART. 207 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **O fato de gozarem as universidades da autonomia que lhes é constitucionalmente garantida não retira das autarquias dedicadas a esse mister a qualidade de integrantes da administração indireta, nem afasta, em consequência, a aplicação, a seus servidores, do regime jurídico comum a todo o funcionalismo, inclusive as regras remuneratórias.** Recurso não conhecido. (RExt 331285, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, 1ªT, j. 25/03/2003)

Assim, o argumento de que as leis complementares que versam sobre a gratificação executiva não se aplica à ré resta superado.

Insta examinar, na sequência, se a natureza celetista do vínculo estabelecido entre as partes constitui óbice para o recebimento da vantagem pecuniária.

A resposta é negativa. Segundo verificamos na LC nº 797/95, na LC nº 802/95 e demais leis complementares que tratam da gratificação executiva, percebe-se que ela é destinada, também, aos ocupantes de função-atividade, que dos autos resulta ser o caso dos autores.

A gratificação executiva, como se sabe (vide Súm. 134 do TJSP e precedentes que a embasaram), foi um aumento disfarçado de salário, concedido indistintamente a inúmeros servidores; inclusive ocupantes da chamada função-atividade.

Ademais, este juízo não localizou, nas leis complementares, fundamento para a distinção proposta, com base na natureza do vínculo. Não foi demonstrada a existência de previsão, nessas leis, de não aplicação aos celetistas.

A alegação de *bis in idem* em função de adicional já percebido pelos autores (verba de representação) não é acolhida. É que a gratificação executiva não


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

foi instituída pelo fato do exercício de função de direção. Foi concedida a inúmeros servidores, alguns ocupantes de função de confiança, outros não. Tratou-se, como vem reconhecendo o E. TJSP, de aumento disfarçado de salário. Sem relação com a acumulação de função adicional de confiança.

Impõe-se, então, a procedência da ação.

A relação havida entre as partes é de trato sucessivo, renovando-se periodicamente, mês a mês, razão pela qual os diplomas legislativos que se sucederam fazem-se igualmente aplicáveis, a partir do ingresso em vigor de cada um deles.

Por fim, é de se reconhecer a prescrição quinquenal de parte dos pedidos, tal qual sustentado pela requerida, na forma da Súm. 85 do STJ.

DISPOSITIVO

Ante o exposto julgo parcialmente procedente a ação e:

A) CONDENO a ré a INCORPORAR em favor das autoras a Gratificação Executiva, na forma e com os reflexos previstos na lei instituidora, com incidência dos regimes posteriores previstos em lei;

B) CONDENO a ré a PAGAR às autoras as parcelas vencidas e vincendas até a efetiva incorporação nos termos do item "A" acima, observada a prescrição quinquenal contada retroativamente desde a propositura da ação, com atualização monetária desde cada vencimento pela Tabela do TJSP para débitos da Fazenda Pública e juros moratórios (i) desde a citação em relação às parcelas com vencimento até a citação (ii) desde cada vencimento em relação às parcelas com vencimento após a citação, na forma do art. 1ºF da Lei nº 9.494/97, nas redações da MP 2.180-35/01 e da Lei nº 11.960/09, durante as suas vigências.

Tendo em vista que as autoras decaíram de parte mínima do pedido, CONDENO a ré, ainda, nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, segundo as regras e critérios do art. 20, §§ 3º e 4º do CPC, em R\$ 1.000,00 em relação a cada autora.

P.R.I.

São Carlos, 10 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME

0004707-45.2012.8.26.0566 - lauda 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA